

Classes Populares e Protesto Urbano

José Álvaro Moisés

Este texto é uma homenagem póstuma ao professor
Francisco C. Weffort.

O estudo que dá origem ao título deste texto¹ inaugurou uma abordagem empírica e teórica sobre a natureza e o protagonismo dos movimentos sociais urbanos dos anos 1950 e 1960 no Brasil, em realidade, uma modalidade específica de participação política das classes populares nos períodos pré e pós autoritários. Antecedendo e influenciando os numerosos trabalhos sobre o tema que apareceram nas décadas seguintes, o texto de natureza multidisciplinar recorreu à sociologia, à ciência política e à história para explicar como setores subalternos organizavam-se para expressar suas demandas sociais e políticas, mesmo sob um regime de repressão e de controle político e institucional.

O objeto concreto do estudo foram as mobilizações e os protestos urbanos realizados na periferia da cidade de São Paulo por iniciativa de associações de bairro, comissões de moradores e igrejas progressistas, envolvendo reivindicações materiais urgentes como moradia, água, luz, transporte público, preço de alimentos e condições de vida em geral, mas também demandas democratizantes como a participação e o direito de influir sobre a adoção de políticas municipais que pudessem enfrentar os déficits e distorções que, do ponto de vista desses atores, caracterizavam injustiças e tratamento desigual no processo de desenvolvimento urbano de São Paulo.

Em dois casos mais importantes, os dos distritos de Osasco e Pirituba, o protesto urbano evoluiu para a reivindicação de separação de São Paulo com a condição de criação de novos municípios – novas instituições intermediárias –, que

¹“Classes populares e protesto urbano” foi minha tese de doutoramento, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, em dezembro de 1978. A banca examinadora, presidida pelo professor Francisco C. Weffort, foi formada por Ruth Leite Cardoso, Leôncio Martins Rodrigues, Juarez Brandão Lopes e Paul Singer. A pesquisa foi realizada ao tempo que o autor era assistente de pesquisa de Francisco C. Weffort, no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

deveriam possibilitar que a população local influenciasse a adoção de políticas públicas consideradas necessárias.

A pesquisa mostrou que os protestos eram independentes ou ocorriam à revelia de instituições formais como partidos, sindicatos ou governos, embora interagissem com lideranças populistas que estavam surgindo naquele momento. Estabelecendo uma ponte entre a teoria política e a análise empírica das lutas sociais urbanas, o estudo abordou vários outros temas associados com a emergência política de setores sociais subalternos no cenário político brasileiro da época. Tais temas trataram da relação dos movimentos sociais, que se articularam em torno dos déficits de desenvolvimento urbano de metrópoles como São Paulo, e com o populismo, desse modo, com o contexto político que deu origem a essa modalidade de protagonismo político.

Com efeito, sob influência das análises de Francisco C. Weffort, Gino Germani e Torquato Di Tella a respeito do tema, a discussão abordou a crise de hegemonia das elites políticas tradicionais naquele período histórico para explicar o surgimento do populismo e incluiu também a intervenção dos atores autodefinidos como liberais ou comunistas no processo de organização dos movimentos urbanos que viabilizou essa forma específica de participação das classes populares.

O estudo demonstrou que o protesto urbano era uma forma significativa de participação política de segmentos das classes populares, mesmo quando o regime político excluiu canais formais nesse sentido, e revelou que os movimentos não se organizavam apenas em torno de necessidades econômicas e materiais, mas também autonomia política, alguns valores democráticos e recursos organizativos necessários para a sua autoexpressão, contribuindo, desse modo, para desmontar o mito sustentado pelo ensaísmo tradicional brasileiro sobre a apatia política do povo e mostrando, ao contrário, a densidade política das lutas urbanas. Embora não fosse um objeto explícito da pesquisa, o trabalho apontou para uma característica específica do processo de formação da cultura política de setores sociais subalternos. Eles eram ambíguos em certo sentido, buscando, por um lado, integrar-se na política tradicional com vistas a influir sobre o processo de adoção das políticas públicas que os afetavam e, para isso, aliaram-se a alguns políticos

interessados em obter o seu apoio eleitoral; mas, por outro lado, denunciavam os políticos de modo geral e eram bastante críticos quanto ao modo como o regime democrático os integrava.

Dialogando com autores como Antonio Gramsci, Alain Touraine, Eric Hobsbawm, George Rudé e E. P. Thompson, a análise dos protestos incluiu os conceitos de hegemonia e ação social e a hipótese de que a formação de classes sociais subalternas no capitalismo depende de uma experiência específica, para mostrar que o protagonismo dos movimentos sociais urbanos, mais do que simples reação a condições adversas de sobrevivência na metrópole, foram formas de ação histórica particulares desses setores naquela etapa da vida do país.

Nesse sentido, o trabalho, datado de 1978, retomou parte do debate teórico-político sobre a formação das classes sociais no contexto do capitalismo. Procurando distanciar-se das concepções mais usuais da literatura marxista, o estudo apoiou-se em interpretações do pensamento dos autores citados, para explorar a hipótese de que a constituição das classes subalternas como agentes políticos, além de suas condições estruturais, dependeria até mais do seu engajamento, envolvendo a participação em processos políticos diretamente relacionados com a tomada de decisões que afetam segmentos sociais subalternos e mesmo a comunidade como um todo. A análise mostrou que essa forma específica de ação política afastava-se, por exemplo, do debate, muito comum à época no campo da esquerda intelectualizada, que contrapunha as alternativas clássicas de reforma ou de revolução.

Embora o texto sugira em várias partes que quer tomar distância das interpretações ortodoxas sobre o devir dessas classes sociais, um dos focos mais importantes do estudo – influenciado por autores como Manuel Castells, Jean Lojkine e Jordi Borja – consistiu, no entanto, na escolha do que foi definido como as contradições urbanas, caracterizadas como o modo específico pelo qual o desenvolvimento do capitalismo local, determinado por relações de dependência com o centro mundial do sistema, ao mesmo tempo, procurava assegurar as condições mínimas de sobrevivência e reprodução da força de trabalho necessária

para o seu desenvolvimento e, de outra parte, subestimava os investimentos necessários para atender às reivindicações das populações envolvidas na situação.

A lógica desse processo foi apresentada como sendo a chave explicativa de um desenvolvimento urbano que cresceu atraindo populações de várias partes do país, sem que isso tivesse sido objeto de planejamento para atender às exigências decorrentes de sua chegada e para lhes assegurar, conforme as suas expectativas,

condições de boa vida. Ou seja, as contradições urbanas, vistas como condições constitutivas de metrópoles que, carecendo de serviços de habitação, infraestrutura, atendimento de saúde, transporte adequado e estruturas educacionais capazes de atender aos que vinham de outros estados com filhos e descendentes, estavam na origem das mobilizações urbanas. Influências importantes para a caracterização específica do caso brasileiro quanto a isso foram as obras de Paul Singer, Francisco de Oliveira e Lúcio Kowarick.

O ponto de partida da narrativa da ação popular foi o surgimento, em meados do século passado, do movimento de sociedades de amigos do bairro na periferia e mesmo em áreas centrais da cidade de São Paulo. As mudanças políticas gerais que ocorreram no país – como a deposição de Getúlio Vargas, o Movimento Queremista e a convocação da Assembleia Constituinte nos anos 1940 e, depois, com a volta do velho ditador ao governo, nos anos 1950 –, todo o clima político, favoreciam a mobilização popular. Foi nesse contexto que começaram a surgir, nos bairros populares, as associações que comparavam as condições de vida desses segmentos sociais com aquelas dos segmentos mais ricos, que viviam em bairros mais estruturados e mais bem atendidos; esse associativismo operou, então, como centro de reivindicações sociopolíticas, cuja missão era sensibilizar as administrações públicas municipais e os vereadores sensíveis às denúncias dos déficits de políticas públicas enfrentados por essa população. O objetivo era claro: os moradores ativos dessas áreas periféricas da cidade pediam ação das autoridades públicas, mas, constatando a sua omissão, denunciavam a inoperância do Estado. Isso, por si só, politizava o movimento.

Os casos de autonomia política dos distritos de Osasco e Pirituba, embora tenham tido resultados contrapostos, tendo sido bem sucedido o primeiro distrito,

com apoio do populismo, mas derrotado o segundo, por força da repressão do regime instalado em 1964, foram experiências muito significativas de um ativismo que escapou das definições usuais relacionadas à participação das classes populares na democracia sob o regime capitalista. Abriu espaço, assim, para um debate teórico que indagava sobre quais eram as implicações desses movimentos políticos pouco usuais para a política em escala mais ampla.

O tema ocupou o centro das conclusões do estudo. O argumento principal era de que a crise de hegemonia, que vinha de muito tempo, tinha desprovido as

elites dominantes, orientadas para seus objetivos, da direção política necessária para contarem com o apoio e o compromisso da sociedade como um todo, especialmente da parte dos segmentos subalternos. Isso teria criado a oportunidade histórica, sustentava o argumento, para que segmentos das classes populares gerassem, mesmo em tempos adversos, um tipo de participação social e política que poderia contribuir para uma profunda reorganização da sociedade, uma vez que demandava maior integração no sistema político de setores majoritários da população. A conclusão explorou a hipótese de que faltou um núcleo de direção política que, nos termos definidos por Gramsci, pudesse potencializar o que havia surgido de novo nos movimentos sociais urbanos. Em uma palavra, o estudo retomou, assim, algumas premissas teóricas que a discussão anterior havia problematizado. Deixou claro que a crise de hegemonia permanecia, mas nem as elites políticas tradicionais, nem os novos atores que falavam em nome das classes populares tiveram iniciativas capazes de resolver a crise.